

Arquivos e memória organizacional: indicação de elementos de conhecimento para memória arquivística

Marisa Vieira Leite da Silva Universidade de Brasília, DF, Brasil
<https://orcid.org/0000-0002-9993-4393>
lsilva.marisa@gmail.com

Eliane Braga de Oliveira Universidade de Brasília, DF, Brasil
<https://orcid.org/0000-0003-1613-8453>
elianebo@unb.br

Resumo Os diversos âmbitos pelas quais as memórias são criadas possibilitam analisar as suas muitas expressões. A estas memórias cabe serem interrogadas e interpretadas a fim de se revelarem como área de estudo. Este estudo apresenta resultados parciais de tese de doutorado em que se observa, na literatura nacional e internacional, no âmbito da Ciência da Informação e da Arquivologia, os conceitos, características, objetos e funções da Memória Organizacional – referindo-se à organização documental – e da memória arquivística – relacionada a documentos arquivísticos. Tem por objetivo observar as interfaces entre os arquivos e a Memória Organizacional, observar a relação entre arquivo e memória e identificar elementos de conhecimento para a elaboração de um conceito de memória arquivística. Como metodologia, utilizou-se a análise exploratória de abordagem qualitativa. Utilizou-se como método, a análise de conteúdo por meio de pesquisa bibliográfica. Para a análise de conteúdo, foram revistos os conceitos de Memória Organizacional, a relação entre arquivo e memória e a interconexão entre Memória Organizacional e o arquivo, dessa forma possibilitou-se elaborar categorias que corroboraram na identificação das características e funções tanto da Memória Organizacional como da memória arquivística. Como resultado, constatou-se as interfaces entre a Memória Organizacional e os arquivos, a interrelação entre arquivo e memória como também a possibilidade de elencar elementos de conhecimento para formular um conceito de memória arquivística.

Palavras-chave Arquivo. Arquivologia. Memória organizacional. Memória arquivística. Memória.

Archives and Organizational Memory: indication of knowledge elements for archival memory

Abstract The different areas in which memories are created make it possible to analyze their many expressions. These memories must be interrogated and interpreted to reveal themselves as an area of study. This study presents partial results of a golden thesis in which it is observed, in national and international literature, within the scope of Information Science and Archival Science, the concepts, characteristics, objects and functions of Organizational Memory – referring to documentary organization – and of archival memory – related to archival documents. It aims to observe the interactions between archives and Organizational Memory and identify elements of knowledge for the elaboration of a concept of archival memory. As a methodology, exploratory analysis with a qualitative approach was used. Content analysis was used as a method through bibliographical research. For content analysis, the concepts of Organizational Memory, the relationship between archive and memory and the interconnection between Organizational Memory and the archive were reviewed, thus making it possible to develop categories that supported the identification of the characteristics and functions of archival memory. As a result, the interrelationship between Organizational Memory and archives was verified, as well as the possibility of listing elements of knowledge to formulate a concept of archival memory. Through the established interface, the elements of knowledge that provide a concept of archival memory were observed.

Keywords Archive. Archival science. Organizational memory. Archival memory. Memory.

Archivos y Memoria Organizacional: indicación de elementos de conocimiento para la memoria archivística

Resumen Los diferentes ámbitos en los que se crean los recuerdos permiten analizar sus múltiples expresiones. Estos recuerdos deben ser interrogados e interpretados para revelarse como un área de estudio. Este estudio presenta resultados parciales de una tesis de oro en la que se observa, en la literatura nacional e internacional, en el ámbito de las Ciencias de la Información y la Archivología, los conceptos, características, objetos y funciones de la Memoria Organizacional –refiriéndose a la organización documental- y de la archivística. memoria –relacionada con documentos de archivo. Su objetivo es observar las interacciones entre archivos y Memoria Organizacional e identificar elementos de conocimiento para la elaboración de un concepto de memoria archivística. Como metodología se utilizó el análisis exploratorio con enfoque cualitativo. Se utilizó como método el análisis de contenido a través de la investigación bibliográfica. Para el análisis de contenido se revisaron los conceptos de Memoria Organizacional, la relación entre archivo y memoria y la interconexión entre Memoria Organizacional y archivo, permitiendo así desarrollar categorías que apoyaron la identificación de las características y funciones de la memoria archivística. Como resultado, se constató la interrelación entre Memoria Organizacional y archivos, así como la posibilidad de enumerar elementos de conocimiento para formular un concepto de memoria archivística. A través de la interfaz establecida se observaron los elementos de conocimiento que aportan un concepto de memoria archivística.

Palabras clave Archivo. Archivología. Memoria organizacional. Memoria archivística. Memoria.



Licença de Atribuição BY do Creative Commons
<https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/>

Submetido em 06/12/2023
Aprovado em 13/03/2024
Publicado em 23/04/2024

1 INTRODUÇÃO

Dentre as várias possibilidades de abordagem, o tema memória tem sido estudado na teoria administrativa, mais especificamente na gestão do conhecimento, dando origem ao termo Memória Organizacional. A Memória Organizacional (MO) tanto pode estar associada à representação do conhecimento manifestado materialmente, como também pode estar relacionada à performance das memórias individuais de forma imaterial (LEHNER; MAIER, 2000). Por conseguinte, a representação material desse conhecimento em organizações, expresso pelos arquivos, tem a função de representar a razão de ser do órgão, dado que os arquivos têm como objetivo e missão a premissa primordial de afirmar a identidade e registrar os processos de tomada de decisão nas organizações.

Lehner e Maier (2000) defendem a ideia de interdisciplinaridade no âmbito da Memória Organizacional ao afirmarem que diversas teorias contribuem para formá-la, desenhá-la para, assim, atingir a eficácia. As possíveis relações entre a MO, o arquivo e a memória evidenciam interfaces. Interconexões essas que, para Hedstrom (2002), em instituições modernas não são naturais nem neutras. A autora define interface como interação entre espaços com limites permeáveis em que a informação e as ideias possam encontrar semelhanças e admitir mútuas contribuições.

O objetivo deste estudo se apoia em observar as interfaces entre Memória Organizacional e o arquivo, observar a relação entre o arquivo e a memória, assim como em elencar elementos de conhecimento, à luz dos princípios conceituais trazidos por Dahlberg (1978) que podem apontar para a formulação de um conceito de memória arquivística. Utilizou-se a abordagem metodológica qualitativa e, como estratégia, a análise de conteúdo (Bardin, 2016). Foram selecionados textos, por meio da leitura flutuante, considerando os descritores: memória e arquivo, Memória Organizacional e memória arquivística. A partir destes textos, foi realizado um filtro, estabelecendo estes descritores como unidade de contexto, simultaneamente, nos títulos, resumos e palavras-chave que especificamente tratavam do tema. Assim foram definidos os textos que se constituíram no *corpus* de análise, o que permitiu elaborar categorias temáticas de memória que possibilitaram a análise e atingir os objetivos.

A análise da leitura bibliográfica permitiu observar as interfaces entre a MO e o arquivo, como também evidenciar a relação indissociável entre arquivo e memória e constatar a possibilidade de elencar elementos de conhecimento para elaboração de um conceito de memória arquivística, o que pode contribuir com as discussões sobre memória na ciência arquivística. movimentos e direções da memória arquivística.

2 MOVIMENTOS E DIREÇÕES DA MEMÓRIA

Tudo aquilo que tende a mudanças pode estar se movendo em direção ao seu desaparecimento. E como negociar esse movimento ou o desaparecimento com o tempo, de forma que algo seja ao menos lembrado? Para Bergson (2010), o movimento do tempo é um processo. O tempo se articula num processo de transformações, em que aparentemente nada se mantém eterno.

Esse fluxo perpétuo de movimento transformador vence o corpo físico, prevalece sobre as tecnologias ou estratégias que pretendem possibilitar o acesso imediato e a permanência. O processo da vida em si não muda, está sempre no movimento de existir. Entretanto, os seres vivos não usufruem dessa mesma prerrogativa (SILVA, 2017).

A memória, nesse contexto, recepiona a função de guardar o presente (Silva, 2017) que se tornou passado e pode reverberar no futuro, que procura em seu próprio mecanismo de seleção preservar as características do ser, seu repertório e experiências. Benjamin (2012) compreende a experiência como uma autoridade que conduz o homem em todo processo de deslocamento no tempo, numa forma de referência que prescreve sentido de existência. Sob essa característica de guardiã, a memória “verdadeira” não é imutável no aspecto veracidade. Há verdades que se

confirmam e outras verdades que surgem para atribuir completude de sentido ao contexto de reconstrução (GAGNEBIN, 2020). Sendo assim, o diálogo entre o passado e presente se mostram tensionais à medida que os sistemas de valores se alteram no decorrer do tempo e na construção de conhecimento: “todo conhecimento é *anamnesis*, todo verdadeiro aprendizado consiste num esforço para lembrar-se do que foi esquecido.” (YERUSHALMI *et al.*, 2017, p. 14).

Ainda diante dessa outra característica da memória, de poder admitir “verdades”, Roediger e Wertsch (2008) apontam para uma incapacidade na definição do termo memória. Advertem que seria profícuo conceituar memória se acompanhada por um outro termo que a qualifique ou indique a que “tipo” de memória se refere. Um termo complementar que insira a memória num campo do saber e crie possibilidade de desdobramentos nos estudos sobre memória, nos diversos campos do conhecimento.

Dos duzentos e cinquenta e seis termos aplicáveis à memória que Tulving (2007) listou no artigo intitulado: *Are There 256 Different Kinds of Memory?* Roediger e Wertsch (2008) atribuíram relevância a trinta e três adjetivações de memória. Dentre os termos relevantes, os autores mencionaram “*archival cultural memory*” (ROEDIGER; WERTSCH, 2008 p. 19) ou seja, memória cultural arquivística, em tradução livre.

Assim também, a pesquisa de Oliveira (2010) demonstra, como o conceito de memória é apropriado na produção literária da Ciência da Informação (CI), no Brasil. No estudo de Oliveira (2010), foi observada a conjugação de inúmeras adjetivações, associações e extensões ao termo memória. A autora argumenta que a apropriação do conceito de memória ocorre consoante o entendimento atribuído ao objeto estudado. O campo do conhecimento propicia a dinâmica de associações à memória. “Uma vez apropriados, esses conceitos recebem várias adjetivações: memória arquivística, memória documentária, memória operária [...], entre outras.” (OLIVEIRA, 2010, p. 108).

Essa estratégia de articular adjetivos ao termo memória indica o campo do saber, no qual essa memória será apropriada e estudada. Roediger e Wertsch (2008) registram que, essa possibilidade, não implica numa redução ou banalização da expressão memória e de seu adjetivo, a ponto de desfavorecer o universo de possibilidades conceituais. Os autores acrescentam que o tempo se encarregaria em confirmar a utilidade desses conceitos e que podem surgir novas expressões que somariam aos duzentos e cinquenta e seis termos apresentados por Tulving (2007) (ROIDEGER; WERTSCH, 2008). Faz-se importante ressaltar que os adjetivos relativos à memória podem se interpor um ao outro. A exemplo, quando a memória coletiva pode estar inserida em meio a memória social, como também fazer parte da Memória Organizacional.

3 O ARQUIVO E A MEMÓRIA

Em meados do século XX, a Arquivologia iniciou seu processo de envolvimento com o que pode denominar administração dos ativos informacionais, ao adotar uma abordagem científica nas organizações em busca de eficiência e economia. Essa perspectiva da ciência Arquivística evidenciou-se de forma mais significativa após a Segunda Grande Guerra. Nessa circunstância, estabeleceu-se a racionalização da produção documental que deu origem a uma série de técnicas, práticas e orientações para a produção, uso, guarda e recuperação dos documentos, iniciando a jornada da gestão de documentos de arquivo (JARDIM, 1987).

Diante desse quadro, a gestão, na esfera das organizações, ainda não percebia a Arquivologia como aporte de conhecimento fundamental para pensar as estratégias, capazes de atender às volumosas demandas de informação apresentadas pela organização e pela sociedade. Nos Estados Unidos, nos anos de 1970 e 1980, a gestão de documentos, a implementação do ciclo vital e criação dos arquivos intermediários, constituem-se numa forma de estruturar a documentação e proporcionar a devida proteção às informações (DURANTI, 1994; INDOLFO, 2007). Essa estratégia foi mundialmente difundida por Ernst Posner e Theodore R. Schellenber, o que proporcionou o avanço na teoria e na prática arquivística (INDOLFO, 2007).

Destarte, Jacobsen, Punzalan e Hedstrom (2013) analisaram, nos limites da língua inglesa e no âmbito da Arquivologia, a produção literária que articulava a memória coletiva e os arquivos. Em particular, como a memória coletiva era entendida, adotada e introduzida nos arquivos. Os autores identificam quatro situações que os arquivistas devem observar de forma integrada. A primeira situação posiciona os arquivos como instituições patrimoniais e estabelece seu papel como fundamento simbólico da memória coletiva. A segunda situação seria avaliar a função dos documentos, do arquivo e dos arquivistas na criação, construção e difusão da memória social. A terceira pauta assinala as associações entre arquivo, memória e poder social, na perspectiva da memória pública e suas comemorações. Quanto à situação final, Jacobsen e Punzalan e Hedstrom (2013) afirmam que a memória é proposta para suscitar maneiras de (re)pensar a natureza dos documentos como evidência e artefatos do passado que incluam a noção de “memória arquivística” (BROTHMAN, 2001, p. 80) que perpassa as noções dos ciclos de tempo, a continuidade e a história.

Ainda refletindo sobre porque os arquivistas estudam a memória, Bastian (2019) adiciona outro questionamento, sobre como os arquivistas podem proceder a estes estudos. A autora aponta que, por meio dos instrumentos, técnicas e estratégias arquivísticas, o arquivista pode, considerando a “variedade de formatos orais, materiais, performativos e textuais” como

tecnologias de memória, (Bastian, 2019, p. 268), identificar as possibilidades para desenvolver trabalhos sobre memória. A autora introduz mais uma indagação:

Como tecnologias de memória, as quais pela perspectiva arquivística, contribuem para uma compreensão da memória e como as atividades arquivísticas em relação a esses formatos fornecem uma compreensão mais profunda dos eventos, pessoas, lugares e evidências a que pertencem? (BASTIAN, 2019, p. 268).

É em meio a uma ampla visão sobre o arquivo e a memória que Bastian (2019) descreve que há uma habilidade do arquivo em produzir, reter e preservar seus objetos. Arquivo e memória apresentam como aspectos em simbiose, campos propícios de pesquisa arquivística. A autora acrescenta que o universo da pesquisa em memória para os arquivistas não deve ser limitado à esfera teórica, especulativa e sim adentrar ao universo empírico em todas as suas possibilidades (BASTIAN, 2019).

No horizonte das tensões entre arquivo e memória, Caroline Brown (2013) em seu estudo sobre memória, identidade e o paradigma do arquivo, afirma que “frequentemente a literatura arquivística se refere aos conceitos de memória e identidade, mas muitas vezes não examina completamente o que esses termos significam ou a natureza dessa relação para os arquivos”. (BROWN, 2013, p. 85).

Uma das questões apresentada por Brown (2013) versa sobre a afirmativa de Harris (2002) na qual os arquivos não portam memória, mas participam em sua criação, esta assertiva parte de uma visão pós-moderna. Harris (2002) também adverte para a visão triunfalista de que os arquivos somente guardam as memórias coletivas das nações, ao contrário, os arquivos e os arquivistas são atuantes neste agenciamento. Outra problemática apresentada por Brown (2013) refere-se a atribuir noções de poder e controle sobre a memória, a disputa sobre a custódia e sobre a narrativa. A autora afirma que igualar memória e arquivo se faz problemático, pelo fato de que materializar a memória pode elevá-la a agente histórico sob uma única perspectiva, pois “[...] os arquivos lembram, as estátuas esquecem [...]” (BROWN, 2013, p.88).

Em continuidade, Brown (2013) percebe a memória sendo instigada pelo arquivo, como também concebe o arquivo como algo desenvolvido pela memória, caracterizando uma relação simbiótica, na qual os registros criam, descrevem e sustentam a noção de que memória e arquivo continuamente se reinventam e recriam-se reciprocamente.

Brown (2013) alude que vários autores argumentam existirem diversos participantes na criação da memória, e que os arquivos não são lugares de memória como, por exemplo, Brothman (2001), quando afirma que os arquivos não são constituídos por memória coletiva, participam dela ativamente. Ao contrário do que defende Pollak (1989) ao afirmar que os arquivos se configuram

como lugares de memória, igualmente as datas comemorativas, os monumentos, instituições de memória como as bibliotecas e museus. A afirmativa de que existem vários participantes na criação da memória, assim como os arquivistas, leva a refletir sobre os conceitos de memória e seus desdobramentos, como Memória Organizacional, memória arquivística, onde vários atores alimentam essas memórias e extraem delas impressões e decisões. Embora sob epistemes próprias e independência conceitual, parece não haver como negar seus entrelaçamentos, negociações e possíveis articulações, tensões e reconciliações.

As tensões entre memória e arquivo são enfatizadas pelo fato de a memória ser considerada “um processo” (BROTHMAN, 2001. p.79) e não um lugar. O autor enfatiza que os arquivos podem atuar nesse processo como parte da construção do conhecimento social e os arquivistas podem perceber os documentos como instrumentos cognitivos e evidenciais. Brothman (2001) afirma que as filosofias a respeito da concepção de passado devem ser revisitadas por esses profissionais, pois essa temática reflete no modo de pensar e trabalhar, numa relação entre passado, presente, ciclos e continuidades, pensando além das concepções de tempo, história e memória.

Armados de tecnologia emergente, os arquivistas da memória podem estar em posição de implementar uma ideia, centrada no presente, de memória arquivística de longo prazo como parte de processos cognitivos organizacionais e produção de conhecimento social (BROTHMAN, 2001, p. 80, tradução nossa).

Sob esse prisma, o olhar de Menne-Haritz (2001) sobre os objetos de arquivo parece conservador ao considerar que o arquivo não estoca memória, mas oferece possibilidade de criar memória por meio dos seus objetos. A função dos arquivos é prevenção da amnésia, conforme a autora. Os arquivos permitem construir, refinar, corrigir ou reafirmar memórias onde quer que elas forem necessárias (MENNE-HARITZ, 2001). As coisas, segundo a autora, os livros, ou documentos que podem ser estocados não são memória, mas são úteis para tornar a memória possível, sem substituí-la.

Para Menne-Haritz (2001), a reconstrução de memórias é especialmente usada e elaborada no âmbito das pesquisas históricas ou em larga escala para formular memória quando elas são necessárias. A autora acresce que a reconstrução caminha em direção diferente ao armazenamento, uma vez que, reconstruir pressupõe voltar ao passado e estocar projeta-se para o futuro. (MENNE-HARITZ, 2001). Dessa forma, entende-se que há um entrelaçamento entre armazenar e reconstruir no presente, cuja convergência está no momento do acesso. Entretanto, contemplam em paralelo, futuro e passado, seus alvos finais para o uso no presente.

Sendo assim, alerta Menne-Haritz (2001) que os arquivistas devem preparar as fontes de forma que elas possam ser capazes de gerar suas narrativas, uma vez que os arquivos são narrativas. A autora adverte que os arquivos não armazenam memória, mas põe à disposição os objetos que são potenciais instrumentos para criá-las. Isso tem impactado na maneira como os arquivistas trabalham, além de atribuir notoriedade aos arquivos como lugar de acesso à matéria-prima para memória. Menne-Haritz (2001) afirma que os arquivos não devem ser vistos apenas como necessários à história, mas a quem o consulta em busca de respostas. A autora sublinha sua observação reforçando que os arquivos que apresentam um alto nível profissional refletem uma imagem de instituição social confiável.

Em seus estudos, Menne-Haritz (2011) considera a diferença entre passado e futuro como um aspecto central para a teoria arquivística. Esta diferença é o único meio pelo qual o tempo pode ser capturado e reconstruído. Traços fixados no tempo abrem uma visão de suas relações. Uma comparação entre a situação antes de um evento e depois que ele aconteceu mostra um desenvolvimento e dá indicações sobre as razões da mudança. Este é um pré-requisito para a investigação em arquivos.

Considerando a fala de Menne-Haritz (2001) sobre a evocação da memória ante os objetos arquivísticos, a rememoração ou reconstrução, Craig (2002) afirma que em algum momento da carreira, o arquivista pode se sentir grato pela comparação entre memória e arquivo. Craig (2002) acresce que os arquivos são constituídos sob um ato consciente e intencional de manter os registros documentais para os sucessores, compara o arquivo como uma [...] “meada na vasta tapeçaria da memória que envolve os grupos com o que compartilham e o que contestam” (CRAIG, 2002, p. 279).

Craig (2002) organizou temas na literatura sobre memória e sua pertinência aos arquivos, observou que o papel do arquivo e do arquivista são fundamentais para as articulações com a memória. A autora confirma que os arquivistas usam o poder da metáfora para superar as barreiras de definição, pois:

[...] os arquivistas sentem que a memória é um conceito poderoso para justificar sua missão. Parte da atração reside na evidente adequação da analogia; no entanto, talvez surpreendentemente, a maioria dos detalhes dessa comparação ainda não foi elaborada. Até agora, temos sido gratos por uma metáfora tão útil e provado que suas implicações são evidentes pelo contexto em que é empregado (CRAIG, 2002, p. 278).

A interlocução entre o arquivo e as disciplinas selecionadas por Craig (2002), possibilitaram perceber que os arquivos e seus documentos continuam conformados como fontes de memória, os arquivistas como agentes que garantem o estado natural das coisas de arquivo, “O papel do arquivista é garantir que os arquivos permaneçam fiéis às realidades de seu testemunho [...]”

(CRAIG 2002, p. 289). Entretanto, a autora aponta para a questão tensional que reverbera nos arquivos envolvendo a memória social e a memória pessoal. A memória pessoal pode estar incorporada na evidência documental em meio ao conjunto de evidências com valor para a coletividade, como o caso dos arquivos pessoais. Conforme a autora, o conceito de memória deveria figurar de forma especial e ter ressonância para os arquivistas e não somente ser conveniente para explicar os propósitos dos arquivos. Craig (2002) ratifica que a metáfora da memória é uma poderosa lente conceitual através das quais permite ver os arquivos e seus documentos como potenciais construtos do conceito de memória, uma vez que, para a autora, os arquivistas devem ter suas próprias ideias sobre memória incorporadas nos arquivos, como ela é formada, usada e como está relacionada à experiência pessoal e social.

A interconexão entre arquivo e memória é ressaltada na fala de Marinho *et al.* (2023) que percebem a memória e a Arquivologia numa relação indissociável, assim como Barros e Amélia (2009), pois, entendem que o arquivo e o arquivista são protagonistas na concepção de identidade e preservação de conteúdos que podem expressar a memória cultural, com no caso da salvaguarda da memória literária (MARINHO *et al.*, 2023). Nesse entendimento, o arquivo transcende os limites de custodiador e expositor de narrativas consideradas estáticas.

Num esforço de elevar o arquivo a algo mais que um conjunto de documentos de relato histórico, Marinho *et al.* (2023) traçam um panorama sobre acervos pessoais destacados como relevantes para a cultura brasileira. Entre esses acervos estão documentos de Machado de Assis e Clarice Lispector que foram organizados conforme as orientações arquivísticas e considerados patrimônios da literatura brasileira. Destacam que o papel do arquivista é cuidar da documentação de forma a possibilitar o acesso à memória que serve à sociedade, seja na esfera cultural, artística ou literária (MARINHO *et al.*, 2023).

Consoante Sousa (2023), o desenvolvimento da arquivística e a aplicação das práticas e teorias devem ser acompanhados pela implementação de política arquivística que tenha, nas diversas esferas, um programa de gestão de documentos, pois contribuem para o êxito de todas as outras políticas que vertem no social. A gestão de documentos arquivísticos¹, na atualização tecnológica, tem se deslocado para a gestão da informação arquivística, uma vez que, “[...] a Arquivologia funda a sua razão de ser na simples existência de informação social materializada em

¹ Neste texto, adota-se o conceito de documento arquivístico, trazido pela Câmara Técnica de Documentos Eletrônicos (CTDE) do Conselho Nacional de Arquivos (CONARQ): documento arquivístico é aquele “produzido (elaborado ou recebido), no curso de uma atividade prática, como instrumento ou resultado de tal atividade, e retido para ação ou referência” (CONARQ, 2020, p. 24).

suporte físico e implicada numa dinâmica, também ela eminentemente social [...]” (SOUSA, 2023, p. 31).

Dado este objeto de estudo da Arquivologia, o arquivo, na incumbência de gerir a documentação, desdobra-se no aporte teórico-metodológico e no exercício de estratégias. Dessa forma, Sousa (2023) apresenta o arquivo como

[...] um dos recursos informacionais da organização. É um recurso privilegiado (registra, prova, testemunha e fala sobre as funções e atividades desenvolvidas pela instituição). É um recurso estratégico, pois é uma fonte de informação para a tomada de decisão, para a garantia de direitos e deveres e para a produção de novas informações (SOUSA, 2023, p. 40).

Por conseguinte, a gestão de documentos atua como subsídio para o alcance democrático das informações, concretiza a efetividade dos objetivos das organizações e desempenha também o papel de contribuir com a memória arquivística em sincronicidade com a Memória Organizacional. Os arquivos, os documentos e os arquivistas devem ser vistos como construtos sociais “onde o poder é negociado, contestado, confirmado. [...] não devem ser mantidos como neutros ou negados, mas abertos para o vital debate social, cultural, identitário e responsabilidade institucional” (SCHWARTZ; COOK, 2002, p. 1).

Harris (2002), Josias (2011), Brothman (2010), Barros e Amélia (2009), Taylor (2013) e Marinho et al. (2023) associam a memória e o arquivo à performance, compreendem que o arquivo é espaço de construção e referência de conhecimento, por meio de um conjunto de ações e práticas da ciência arquivística como também aponta Jimerson (2003) e como também constata Fentre e Wickham (1992) e Cubitt (2007). Destaca-se que Barros e Amélia (2009) fazem referência a uma memória registradora que impõe ao arquivo o seu registro sob a finalidade de mantê-la viva e apresenta o arquivo como “gerador de conhecimento” (BARROS; AMÉLIA, 2009, p.57). A memória associada ao arquivo também pode ser caracterizada de forma mais específica, como proposto por Barros (2020) – uma memória orgânica.

Dado o entendimento da relação entre arquivo e memória, as reflexões a respeito da interação entre o arquivo e a Memória Organizacional são apresentadas na seção seguinte.

4 A INTERAÇÃO ENTRE O ARQUIVO E A MEMÓRIA ORGANIZACIONAL

A relação entre os arquivos e Memória Organizacional encontra lugar na Ciência da Informação à medida em que se pode associar o conceito de memória ao contexto da organização, pois:

[...] quando aplicado às organizações, enfoca o conhecimento explícito, representado pela informação registrada em documentos, e o conhecimento tácito, representado pela memória dos participantes da organização. (PAZIN VITORIANO, 2019, p. 89).

Nesses termos, Bastian (2019) também se refere à memória da organização como um dos valores arquivísticos, visto ser a “memória mais familiar para os arquivistas.” (BASTIAN, 2019, p. 269). A autora expressa que o arquivo da organização porta matizes de memória cultural, faz parte das relações sociais relatando os entrelaçamentos administrativos, decisões organizacionais e objetivos sociais. Todos esses pontos sob a presença do arquivo e do arquivista acontecem numa relação de confiabilidade e evidência. O que implica diligência de seu aporte instrumental fundamentados na arquivística, especialmente nos instrumentos de gestão dos documentos arquivísticos, empregando uma visão ampliada que vai além do alcance de aspectos jurídicos, administrativos e históricos (BASTIAN, 2019).

Beatriz Wilges (2014, p.23) ao abordar o conhecimento nas organizações esclarece que ao conhecimento se agrega valor e este valor “está relacionado a seu acesso direto, sua persistência ao longo do tempo e a possibilidade de recuperação, quando necessário”. A autora também afirma que para viabilizar o “acesso, a persistência e a recuperação de dados em uma organização” faz-se necessária a utilização “de uma Memória Organizacional” (WILGES, 2014, p. 23).

Trilhando essa linha do conhecimento nas organizações, as disciplinas de gestão de documentos arquivísticos, gestão da informação e gestão do conhecimento, desde que obedecidos os preceitos de suas respectivas áreas, podem orientar os caminhos a serem trilhados para se alcançar a Memória Organizacional que atenda a um determinado contexto da organização (SANTOS *et al.*, 2012). Aliadas, essas disciplinas, com objetos de estudo congêneres, o documento, a informação e o conhecimento, se configuram em instrumentos de governança importantes para o construto da memória nas organizações (SANTOS *et al.*, 2012).

A própria Memória Organizacional, afirmam Molina e Valentim (2014), funciona como um meio de retenção de conhecimento se assemelhando a um instrumento da Gestão do Conhecimento. As autoras apresentam duas características da MO como memória repositório – a memória registrada em algum suporte – e a memória repertório – baseada nas experiências espontâneas do conhecimento tácito – indicam que a função desta memória é compartilhar o conhecimento.

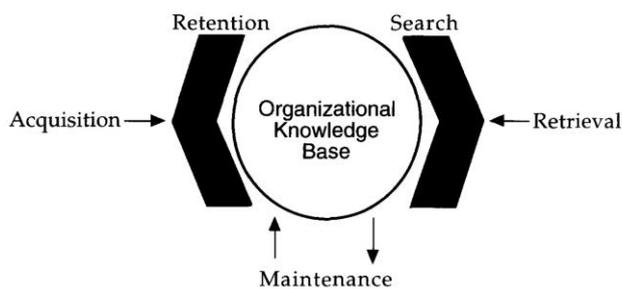
Por outro lado, Feitoza e Duarte (2017) defendem que a Memória Organizacional é empregada como uma ferramenta de processos nas organizações em que a informação é compartilhada entre os componentes da organização sob o objetivo de sobreviver e desenvolver as organizações. Os autores acrescentam que a Memória Organizacional pode ser entendida como “um acervo de informações arquivadas que fala sobre processos organizacionais, podendo ser recuperadas e reutilizadas nas futuras atividades de uma determinada instituição” (FEITOZA;

DUARTE, 2017, p. 407). O que representa o pensamento de Bellotto (2006) ao mencionar a memória nas organizações, a autora a denominou como memória referenciadora.

Nesse enquadramento em que se insere a Memória Organizacional como processo, Almeida (2017) se alinha a este entendimento, uma vez que a MO é constituída por outros subprocessos organizacionais (internos e externos) com a participação dos membros da organização, abordagem do estudo de Stein (1995). Almeida (2017) também enfatiza a característica estática da MO pela função de capturar o conhecimento (ALMEIDA, 2017).

Os subprocessos a que Almeida (2017) se refere, são abordados por Stein (1995) que os apresenta como definidores da Memória Organizacional, subprocessos alocados como: aquisição, retenção, manutenção e recuperação. Esses processos viabilizam os meios pelos quais o conhecimento do passado é aplicado nas atividades presentes, resultando assim em níveis mais altos ou mais baixos de eficácia organizacional (STEIN, 1995) conforme ilustrado na figura a seguir.

Figura 1 – Memória Organizacional entendida como processo



Fonte: Stein 1995, p. 26.

Para que as representações informacionais em forma de conhecimento possam alcançar um estado de eficácia e o processo da Memória Organizacional seu percurso no ciclo efetivo, como representado no processo de Stein (1995), faz-se necessário um estoque informacional de qualidade, “informação organizada, inteligível e colocada em canais que facilitem o seu uso” (SOUSA, 2023, p. 40). Acrescenta Sousa (2023) que o potencial informativo do arquivo no contexto da organização pode estar firmado em três fatores: “a informação contida nos documentos, a informação contextual [...] extraída de documentos que registram atividades e a informação obtida das buscas transversais” (SOUSA, 2023, p. 40), ou seja, pelo âmbito do arquivo e externo a ele.

Para melhor ilustrar o estudo de Stein (1995), apresenta-se um quadro adaptado sob o qual o autor apresenta orientações teóricas, os destaques filosóficos, o meio de retenção das informações e como o conhecimento se mantém na organização. O quadro demonstra as contribuições teóricas para o entendimento de Memória Organizacional. Sob a percepção

arquivística, percebe-se, por meio de uma análise do quadro, evidências de aproximações entre a MO e os arquivos, conforme exposto a seguir.

Quadro 1 – Trabalhos selecionados que definem e aferem Memória Organizacional

| Orientação Teórica | Destaques filosóficos Noções/conceitos de MO | Meios de retenção da MO | Manutenção do conhecimento |
|--|---|---|--|
| Administração | Memória (MO) contida em procedimentos | Pessoas e documentos; padrões de procedimentos operacionais | Uso recorrente ao longo do tempo; aplicação de regras |
| Comunicação | Memória (MO) como: (i) processo de comunicação; (ii) estrutura organizacional; (iii) subproduto da codificação/decodificação. Estudos embasado em Ashby's (1956), noção de memória como construção a partir do ponto de vista do observador | Pessoas (comportamentos, histórias); Estrutura organizacional; documentos (arquivos, base de dados etc.) | Mantida por estruturas e comportamentos duradouros, tradições orais, redes de comunicação |
| Aprendizado organizacional | Memória (MO) como resultado de aprendizado, embora possa ser obstáculo para a mudança | Pessoas (mapas cognitivos); cultura (normas, conhecimento compartilhado) | Pessoas |
| Teoria de Sistemas | Memória (MO) como o segundo estágio do processo de aprendizagem. Perspectiva de processamento de informações humanas | Pessoas; artefatos (arquivos, base de dados, fotografias, gravações etc.) | Manutenção de marcadores de armazenamento |
| Tomada de Decisão e Gestão da Informação | Memória (MO) como meio de aumentar a troca de informações. Pode ser projetada intencionalmente | Pessoas (conhecimento pessoal); arquivos; procedimentos e políticas; base de dados; sistemas especializados | - |
| Comportamento Organizacional | Memória (MO) coproduz a personalidade da empresa com base na interpretação que as pessoas fazem de seus ambientes. Tratar a memória como uma "praga"; flexibilidade vs. Estabilidade | Pessoas; regras; arquivos e computadores | Seleção repedita de estratégias promulgadas no passado |
| Teoria Política | Memória (MO) como informação sobre agências governamentais contida em pessoas; desenvolvimento de memória medido pela frequência que funcionários do governo usam arquivos das agências ou consultam seus antecessores | Pessoas (memória natural); arquivos (memória artificial) | Transferência de comunicação entre novatos e veteranos; transferência de informação em arquivos para os recém-chegados |
| Economia | Memória (MO) como comportamento de rotina | Pessoas (padrões de rotina de comportamento) | Rotina reforça rotina |
| Teoria Organizacional | Memória (MO) como experiência coletiva | Pessoas (comportamento); linguagem; mitos; símbolos; rituais | Manutenção das tradições |
| Teoria da Organização e Informação | Enquadramento e estudo empírico da Memória Organizacional; aferição da memória (MO) e expertise usando técnicas de análise de rede | Esquema; roteiros; sistemas | Rede de comunicação |

Fonte: Adaptado de Stein (1995, p. 20).

Na sistematização feita pelo autor a partir das orientações teóricas, observa-se que, das dez categorias teóricas, seis, apresentam relação direta com arquivo e/ou documento em relação à noção conceitual. As outras categorias perpassam por noções que podem envolver documentos e arquivos.

Perante a afirmação dos autores, Stein (1995), Molina e Valentim (2014), Feitoza e Duarte (2017), Almeida (2017) elencou-se características e funções elementares da MO para fins de análise dos aspectos de interlocução com o arquivo. Assim, possibilitou elaborar o quadro a seguir:

Quadro 2 – Características e funções básicas da Memória Organizacional

| Características da MO | Funções da MO |
|-----------------------|---|
| Referenciadora | Reafirmar o vínculo de legitimidade e identidade da organização (codificação) |
| Evidenciadora | Sustentar as atividades voltadas à eficácia |
| Repertório | Agregar o conhecimento espontâneo |
| Repositório | Armazenar e recuperar as informações/conhecimentos materializados |

Fonte: elaborado pela autora com base nos textos

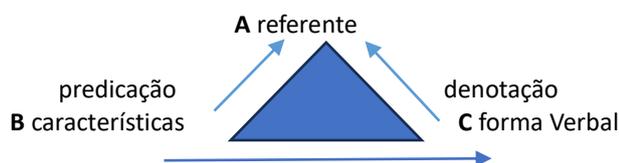
Destarte o conceito de arquivo sistêmico e fenomenológico de Silva *et al.* (2009) que percebe o arquivo de forma integradora com a habilidade em lidar com seu objeto desde o momento de sua criação até sua destinação. Aspectos também considerados sob as reflexões de Brothman (2001) quanto aos objetos de arquivos se constituírem em instrumentos cognitivos e evidenciais no que diz respeito ao aprendizado, exercício cognitivo de representação tácita e evidência como construto de conhecimento pela materialidade. Abordagens de memória nos arquivos, acima, apresentado por Bellotto (2006), Barros e Amélia (2009), por Marinho *et al.* (2023) e Taylor (2013) que percebem os arquivos como lugar de construção de conhecimento e preservação de memória acrescida pelas performances dos indivíduos nas organizações.

A análise dos resultados se baseia no exame dos textos sobre MO, nos estudos sobre a memória nos arquivos, no conceito de documento arquivístico adotado pela CTDE (2020) e nas considerações de Sousa (2023) sobre a acepção de arquivo, pontos essenciais para contribuir no encontro dos elementos de conhecimento que possam constituir o conceito de memória arquivística.

4.1 ELEMENTOS DE CONHECIMENTO PARA ELABORAÇÃO DO CONCEITO DE MEMÓRIA ARQUIVÍSTICA

A fala acrônica de Dahlberg (1978) traz consigo que, definir conceito é empregar faculdades intelectuais e cognitivas no exercício de reduzir as possibilidades de interpretações distintas. “O conhecimento das características dos conceitos facilita a determinação do número de funções que elas exercem [...]” (DAHLBERG, 1978, p.104). À vista disso, reúne-se os elementos de conhecimento que são as características e funções para se identificar a unidade de conhecimento, ou seja, o conceito. De acordo com o triângulo conceitual elaborado pela autora as afirmações sobre A são apresentadas em (B) como sentenças verdadeiras e (C) a forma verbal utilizada constitui-se na representação de (A).

Figura 2 - Triângulo Conceitual



Fonte: Dahlberg (1978, p. 144, tradução nossa).

Isto posto, adota-se como referente, ou que se pretende significar, a memória arquivística. Elenca-se como predicação, sentenças verdadeiras que a caracterizam como essenciais, aquelas que atribuem identidade ao referente, ou seja, apontando uma especificidade no universo conceitual. Como forma verbal – estabelece-se funções como ações que identificam seu campo de atuação. Dessa forma, percebeu-se pela análise que, em maior ou menor grau, estes autores relacionam a memória ao arquivo na defesa de manter seus registros e seu acesso para referência como existência das organizações e base de conhecimento para diversos aspectos individuais e sociais, como cultura, arte etc. Associam a memória e arquivo à evidência para comprovar os atos e acontecimentos para assistência da pesquisa histórica e comprovação de direitos. Dessa forma, baseado na análise, elaborou-se um quadro com as características e funções que a memória arquivística pode ter:

Quadro 3 – Características e funções da memória arquivística

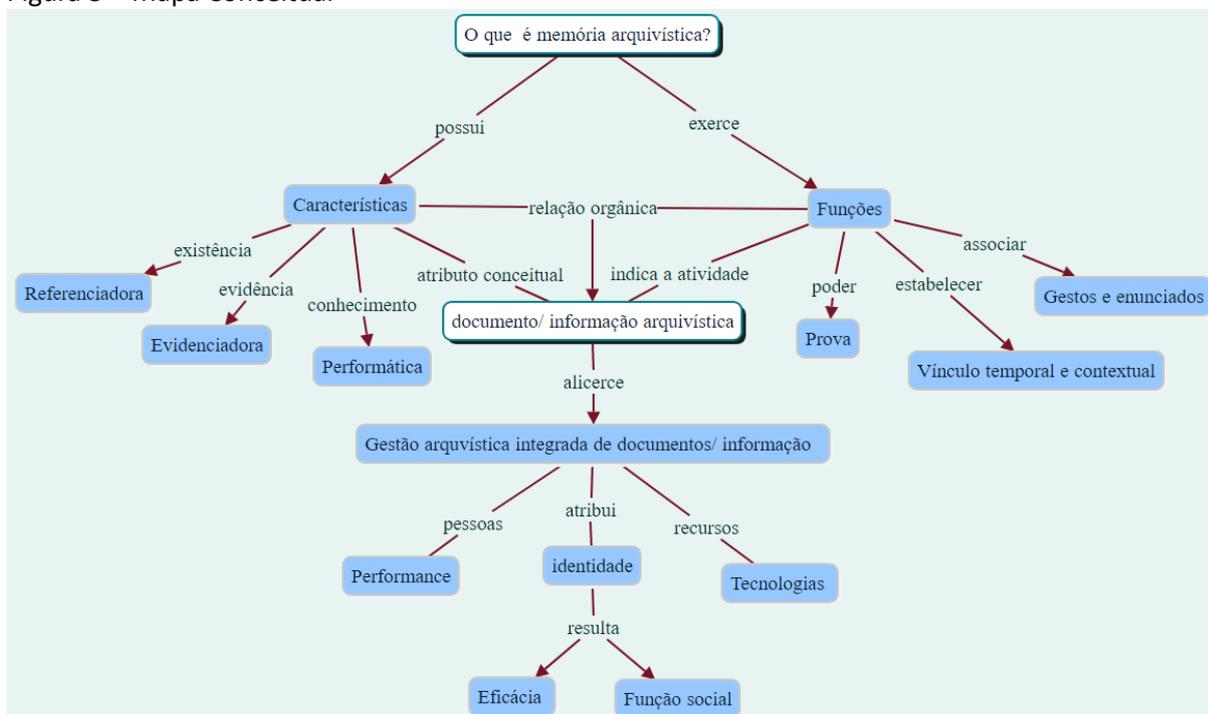
| Características da memória arquivística | Funções da memória arquivística |
|--|--|
| Referenciadora (como referencial de existência da organização) | Afirmar e estabelecer e manter o vínculo temporal e contextual |

| | |
|---|---|
| Evidenciadora (como evidência administrativa, jurídica e histórica) | Provar, testemunhar o acontecimento das ações do órgão |
| Performática (como construto de conhecimento) | Agregar gestos (conjunto de ações das pessoas) e enunciados registrados (produtos dos gestos) |

Fonte: elaboração da autora com base nos textos.

Sobre os termos associados à memória e ao arquivo, conforme apresentados pelos autores do *corpus*, foi possível elaborar uma pergunta norteadora: o que é memória arquivística? Assim, consignou-se termos para modelar um mapa conceitual que traz as características e funções relacionadas ao seu objeto e elementos adjacentes que lhe são correspondentes, na figura a seguir:

Figura 3 – Mapa Conceitual



Fonte: elaboração própria, fazendo uso da ferramenta Cmap Cloud.

A partir do Quadro 1 baseado em Stein (1995) e pelos autores citados, percebeu-se que o objeto de estudo consensual da MO e da memória arquivística é a informação, o conhecimento e o documento. Elaborou-se categorias temáticas de memória observando os destaques filosóficos apresentado neste Quadro, uma vez que essas temáticas de memória podem apontar as interfaces. Para tanto, utilizou-se a análise de conteúdo (BARDIN, 2016) à medida que as análises permitiram visualizar a relação com os dados coletados. Foram elencadas as seguintes categorias: Memória contida em procedimentos; Memória como processo de comunicação e aprendizado; e Memória como experiência coletiva.

O Quadro 4 registra a ocorrência das categorias temáticas de memória identificadas, relacionando-as às características e funções da MO e da memória arquivística.

Quadro 4 - Categorias de memória e interface entre a MO e memória arquivística

| Categorias temáticas de memória nas organizações | Interface entre Memória Organizacional e Memória arquivística |
|---|--|
| Memória contida em procedimentos | Por meio das Práticas informacionais e documentais |
| Memória como processo de comunicação e aprendizado | Como Construtos de conhecimento |
| Memória como experiência coletiva | Por meio da preservação das tradições orais e documentais |

Fonte: elaboração da autora com base nos textos.

Na categoria memória contida em procedimentos percebe-se a memória como referenciadora, que tem a função de estabelecer e manter o vínculo temporal e contextual atribuindo identidade à organização, conforme essas informações e documentos são gerados. Para conferir existência à organização, as informações e documentos produzidos nas organizações devem ser estabelecidos nas práticas e teorias arquivísticas. Frisa-se que, para essa identidade organizacional acontecer, negociações e acordos sociais devem ser considerados na tecitura da memória na organização. A exemplo, a documentação de criação da organização é objeto do arquivo e da MO.

Sob a categoria memória como processo de comunicação e aprendizado, no aspecto de construção de conhecimento, observa-se a memória evidenciadora para o efeito de provar e testemunhar as ações da organização. Em meio aos acordos sociais de criação da organização, definem-se suas ações e concretizam-se por meio de documentos organicamente criados, o ato perante a sociedade. Essa documentação também é objeto do arquivo e da MO. A construção de conhecimento nas organizações advém de um conjunto de ações formais e informais que resulta na difusão de conhecimento ordenado que capacita e direciona seus membros nas tomadas de decisão desde que as informações e documentos estejam estruturados sob a égide arquivística o que reduz a ambiguidade e insegurança.

A categoria memória como experiência coletiva conforme o objetivo de preservação das tradições orais e documentais, relaciona-se às performances que também atuam como construto de conhecimento, com a finalidade de acrescer o agregado de gestos e enunciados gerados pelos membros da organização. A exemplo para a memória arquivística, os gestos podem ser identificados pelas reuniões das comissões de avaliação de documentos em que são discutidos os prazos de guarda dos documentos. Os enunciados ou produtos se configuram nos instrumentos

criados pelos gestos como a tabela de temporalidade. A performance está na atuação do arquivista em mediar as interações, no seu conhecimento e habilidade junto aos membros da organização que têm poderes de decisão.

Estas características e funções se apresentam interrelacionadas e devem ser observadas e aplicadas isoladamente, pois a memória arquivística representa o contexto organizacional. Entretanto, para se construir um conceito, elenca-se elementos consensuais admitindo um sistema categorial que instrumentalize o proposto conceito e sua aplicabilidade num determinado campo do saber.

Diante disso, a elaboração formal de um conceito deve considerar a linguagem desse campo, e, aqui considera-se o conhecimento arquivístico como espaço conceitual que determina a identidade da memória arquivística. Portanto, uma possibilidade de conceituar memória arquivística, seria, dizer que a memória arquivística é uma memória concebida de maneira orgânica em função da produção de documentos arquivísticos, que estabelece e mantém o vínculo temporal e contextual, prova o acontecimento das ações e numa dinâmica performática, agrega gestos e enunciados promovendo o conhecimento, relacionada à função social, seja cultural, científica, histórica, jurídica e administrativa.

A análise permitiu concluir que a interação entre arquivo, memória e a Memória Organizacional é rica em possibilidades de interface, é possibilitada por suas características, objetos de estudo afins e funções que convergem. Possuem construtos processuais semelhantes em que os indivíduos são a chave mestra para representar, elaborar e despertar as memórias. A interação também está nas analogias de representação por herdarem a característica metafórica da memória, uma vez que uma das funções do arquivo e da memória está em negociar e remediar o esquecimento, uma tentativa de pacificar as lembranças sempre em conflito com a verdade e o tempo e, assim o é a relação com a MO. O arquivo e a MO possuem como ponto de contato e como objetivo, a evocação da memória ali preservada.

A literatura demonstrou que se pode constatar as interfaces entre estas memórias por meio de características como memória repositório, memória repertório e memória referenciadora bem como por meio de suas funções de provar, testemunhar e legitimar a razão de ser da organização. Há também objetos partilhados – informação, documento e conhecimento.

A metáfora da memória auxilia no trabalho de enquadramento das especificidades das áreas do conhecimento que a têm por objeto de estudo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A metáfora que a memória evoca a rememoração, ato de associar os objetos, os acontecimentos, as pessoas à construção de referências, mediante o estoque de experiências. Este agenciamento da memória permite que as experiências sejam fonte e modelo que podem responder a determinadas questões e demandas.

A associação entre o arquivo de um órgão e sua memória, pode ensejar uma memória arquivística, como descrita por Nora (1993, p.14), apoiada “inteiramente sobre o que há de mais preciso no traço, mais material no vestígio, mais concreto no registro, mais visível na imagem”. Nessa perspectiva, uma visão ampliada sobre esta associação, pode perceber o arquivo para além de um custodiador, também atuando como mediador entre o cidadão e as instituições representantes do Estado, no que diz respeito à transparência das decisões e ações que reverberam na vida social. O arquivo como espaço de memória (KETELAAR, 2008), que tende a integrar diversas “tipologias” de memória, individual, social, organizacional desenvolvem uma profícua comunicação devido aos seus objetivos em comum – a rememoração, a preservação e o esquecimento.

A memória arquivística, no âmbito da organização, responde aos questionamentos da Memória Organizacional uma vez que o arquivo é quem auxilia o processo de ordem informacional da organização. Por isso, a Arquivologia como ciência também deve pensar a memória como a representação de uma metamemória, a memória arquivística.

Procurou-se neste trabalho discutir a memória na perspectiva arquivística. Os elementos de conhecimento apresentados estão à espera de avanço e acurácia, um desafio que busca romper com a visão petrificada do arquivo e sustentar que ele é um corpo orgânico e que gera memória, pois “Um arquivo ‘é alguém... alguém que vive e respira” (LABORDE, apud SMITH, 2003, p. 249).

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Maurício Barcellos. A memória Organizacional: Como as organizações armazenam e recuperam informações para fins de gestão. *In*: OLIVEIRA, Eliane Brada de; RODRIGUES, Georgete Medleg (org.). **Memória: interfaces no campo da Informação**. Brasília: Universidade de Brasília, 2007. 360 p.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Tradução Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. São Paulo: Edições 70, 2016.

BARROS, Dirlene Santos; AMÉLIA, Dulce. Arquivo e memória: uma relação indissociável.

Transinformação. São Paulo, v. 21, n. 1, p. 55-61, 2009. Disponível em:

<https://brapci.inf.br/index.php/res/v/116097>. Acesso em: 17 out. 2023.

BASTIAN, Jeannette A. Pesquisa em memória/ pesquisa arquivística. *In: Pesquisa no multiverso*

arquivístico. Org. Anne J. Gilliland, Sue Mckemish, Andrew J. Lau. Tradução de Ana Cristina

Rodrigues. Salvador: 9Bravos, 2019.

BELLOTTO, Heloísa Liberalli. **Arquivos Permanentes**: tratamento documental. 4. Ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política**: ensaios sobre literatura e história da cultura.

Tradução Sérgio Paulo Rouanet. 8. ed. São Paulo: Brasiliense, 2012.

BERGSON, Henri. **Matéria e memória**: ensaio sobre a relação do corpo com o espírito; Tradução

Paulo Neves. 4. ed. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2010.

BROTHMAN, Brien. Perfect present, perfect gift: finding a place for archival consciousness in social theory. **Archival Science**, [s. l.] v. 10, p. 141-189, 2010. Disponível em:

<https://www.proquest.com/docview/501270665?sourcetype=Scholarly%20Journals>. Acesso em: 26 set. 2022.

BROTHMAN, Brien. The Past That Archives Keep: Memory, History, and the Preservation of Archival Records. **Archivaria**, [s. l.], n. 51, p. 48-80, 2001. Disponível em:

<https://archivaria.ca/index.php/archivaria/article/view/12794>. Acesso em: 26 set. 2022.

BROWN, Carolina. Memory, identity and the archival pringer: introduction to the special issue.

Arch Sci 13, [s. l.], p.85-93, 2013. <https://doi.org/10.1007/s10502-013-9203-z>. Disponível em:

<https://link.springer.com/article/10.1007/s10502-013-9203-z#citeas>. Acesso em: 26 set. 2022.

CÂMARA TÉCNICA DE DOCUMENTOS ELETRÔNICOS (BRASIL); CONSELHO NACIONAL DE ARQUIVOS

Glossário de documentos arquivísticos digitais. 2020. Versão 8. Disponível em:

https://www.gov.br/conarq/pt-br/assuntos/camaras-tecnicas-setoriais-inativas/camara-tecnica-de-documentos-eletronicos-ctde/glosctde_2020_08_07.pdf. Acesso em: 05 out. 2023.

CAMPOS, J. F. G. Arquivos e memória: elementos para o debate sobre uma relação controversa.

Escrita da História, [s. l.], n. 4, p. 100-119, 2016. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/349396301_Arquivos_e_memoria_elementos_para_o_debate_sobre_uma_relacao_controversa. Acesso em: 22/04/2024.

CRAIG, Barbara L. Selected Themes in the literature on memory and their pertinence to archives.

The American Archivist, [s. l.], v. 65, n. 2, p. 276–289. 2002. Disponível em:

<http://www.jstor.org/stable/40294210>. Acesso em: 17 jul. 2023.

DURANTI, Luciana. Registros Documentais Contemporâneos. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v.

7, n. 13, p. 49-64, jan./jun. 1994. Disponível em:

<https://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/reh/article/view/1976>. Acesso em: 06 jul. 2023.

FEITOZA, R. A. De B.; DUARTE, E. N. A interface entre a memória organizacional e a gestão do conhecimento. **ÁGORA: Arquivologia em debate**, Florianópolis, v. 27, n. 55, p. 401–428, 2017. Disponível em: <https://agora.emnuvens.com.br/ra/article/view/656>. Acesso em: 12 jul. 2023.

GAGNEBIN, J. M. Os impedimentos da memória. **Estudos Avançados**, São Paulo, v. 34, n. 98, p. 201–218, jan. 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/NHCHy6vFnHnBxdP3vnmLZ8v/?lang=pt#>. Acesso em: 04 jul. 2023.

HARRIS, Verne. The archival sliver: Power, memory, and archives in South Africa. **Archival Science**, [s. l.] v. 2, p. 63-86. 2002. Disponível em: <http://metafactory.ca/arch-eph/wp-content/uploads/2010/01/harris2002b.pdf>. Acesso em: 01 jan. 2023.

HEDSTROM, Margaret. Archives, Memory, and interfaces with the past. **Archival Science**, [s. l.] v. 2, p. 21-43, 2002. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/30842592_Archives_Memory_and_Interfaces_with_the_Past. Acesso em: 12 jul. 2023.

HEDSTROM, Margaret. Arquivos e Memória Coletiva. Mais que uma metáfora, menos que uma analogia. In: EASTWOOD, Terry; MACNEIL, Heather (org.). **Correntes atuais do pensamento arquivístico**. Tradução Anderson Bastos Martins. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2017.

HEREDIA HERERRA, Antonia. **Archivística general. Teoría y práctica**. Sevilla: Diputación de Sevilla, 1991. Disponível em: <https://alexavidal.files.wordpress.com/2015/07/archivisticageneralteoriaypractica-antonia-heredia-herrera.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2023.

INDOLFO, Ana Celeste. Gestão de documentos: uma renovação epistemológica no universo da arquivologia. **Arquivística.net**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 28-60, jul./dez. 2007. Disponível em: <http://www.arquivistica.net/ojs/viewarticle.php?id=155>. Acesso em: 10 jul. 2023.

JACOBSEN, T.; PUNZALAN, R. L.; HEDSTROM, M. L. Invoking Collective Memory: Mapping the Emergence of a Concept in Archival Studies. **Archival Science**, [s. l.], abril, 2013. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/236658684_Jacobsen_T_Punzalan_R_Hedstrom_M_2013_Invoking_Collective_Memory_Mapping_the_Emergence_of_a_Concept_in_Archival_Studies_Archival_Science_Online_April_2013. Acesso em: 10 jan. 2022.

JARDIM, J. M. O conceito e a prática de gestão de documentos. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 2, p. 35-42, jul./dez. 1987. Disponível em: <https://arquivoememoria.files.wordpress.com/2009/05/o-conceito-e-pratica-gestao-documentos.pdf>. Acesso em: 16 jul 2023.

JARDIM, J. M. Caminhos e perspectivas da gestão de documentos em cenários de transformações. **Acervo**, Rio de Janeiro, v. 28, n. 2, p. 19-50, 2015. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/45098>. Acesso em: 06 jul. 2023.

JIMERSON, Randall. Archives and memory. **OCLC Systems & Services International digital library perspectives**, [s. l.], v. 19 n. 3, p. 89-95, 2003. Disponível em: <https://www.emerald.com/insight/21desc21ic/doi/10.1108/10650750310490289/full/html?skipTracking=true>. Acesso em: 22 abri. 2024.

KETELAAR, Eric. Archives as Spaces of Memory', **Journal of the Society of Archivists**, [s. l.], v. 29, n. 1, p. 9-27, abril, 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/317079178_Archives_as_Spaces_of_Memory. Acesso em: 15 nov. 2022.

LEHNER, Franz; MAIER, Ronald K. How Can Organizational Memory Theories Contribute to Organizational Memory Systems? **Information Systems Frontiers**, [s. l.], v. 2, n. 3/4, p. 277-298, oct. 2000. Kluwer Academic Publishers. Manufactured in The Netherlands. Disponível em: https://www.researchgate.net/profile/Ronald-Maier-4/publication/220199019_How_Can_Organizational_Memory_Theories_Contribute_to_Organizational_Memory_Systems/links/02bfe50cc18f58a1ae000000/How-Can-Organizational-Memory-Theories-Contribute-to-Organizational-Memory-Systems.pdf. Acesso em: 20 jul. 2019.

MARINHO, José Ignacio R. *et al.* Arquivologia: a preservação da memória cultural. **Crátilo**, Minas Gerais, v. 16, n.1, 31-43 jan/jun. 2023. Disponível em: <https://revistas.unipam.edu.br/index.php/cratilo/article/view/3102>. Acesso em: 24 jul. 2023.

MENNE-HARITZ, Angélica. Access - The reformulation of na archival paradigma. **Archival Science** [s.l.], v. 1, p. 57-82, 2001. Disponível em: <https://www.proquest.com/openview/ac807cf558bb11eab82f4a2236a86b4e/1?pq-origsite=gscholar&cbl=26061>. Acesso em: 19 jul. 2023.

MOLINA, Letícia Gorri; VALENTIM, Marta Lígia Pomim. Memória Organizacional, Memória Corporativa e Memória Institucional: Discussões conceituais e terminológicas. **EDICIC**, v.1, n.1, p. 262-276, ene./mar. 2011. Disponível em: <https://ojs.edicic.org/index.php/revistaedicic/article/view/13>. Acesso em: 03 jul. 2023.

NORA, Pierre. Entre Memória e História. Tradução Yara Aun Khoury. **Projeto História**, São Paulo, v. 10, jul/dez. 1993. Publicado pela História e Cultura, out. 2012. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/12101/8763>. Acesso em: 05 set. 2022.

PAZIN VITORIANO, M. C. C. Centros de memória como estratégia de preservação e acesso à informação retrospectiva. **Revista do Arquivo**, São Paulo, ano 5, n. 9, p. 87-102, out. 2019. Disponível em: http://www.arquivoestado.sp.gov.br/revista_do_arquivo/09/pdf/Autora_Convidada_-_VITORIANO_C_C_M_-_Centros_de_memoria_como_estrategia_de_preservacao_e_acesso_a_informacao_retrospectiva.pdf. Acesso em: 10 jul. 2023.

PIGGOTT, M. Building collective memory archives. **Archives & Manuscripts**, v. 33, n. 1, p. 62-83, may, 2005. Disponível em: <https://publications.archivists.org.au/index.php/asa/article/view/9761>. Acesso em: 11 jul. 2023.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: https://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf. Acesso em: 05 set. 2022.

- ROEDIGER, Henry; WERTSCH, James. Creating a New Discipline of Memory Studies. **Memory Studies**, Los Angeles, v. 1, jan. 2008. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/253591310_Creating_a_New_Discipline_of_Memory_Studies. Acesso em: 04 jul. 2023.
- SANTOS, Jane Lúcia *et al.* Perfil das pesquisas acadêmico-científicas sobre Memória Organizacional. **Espacios**, Caracas, v. 33, n. 12, p.12-22, 2012. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/237064113_Perfil_das_pesquisas_academico-cientificas_sobre_memoria_organizacional/citations. Acesso em: 13 dez. 2020.
- SCHWARTZ, Joan M.; COOK, Terry. Archives, records, and power: The making of modern memory. *Archival Science*, Netherlands, v. 2, p. 1-19, 2002. Disponível em: <http://metafactory.ca/archeph/wp-content/uploads/2013/09/schwartz-cook2002.pdf>. Acesso em: 21 ago. 2023.
- SILVA, Armando Malheiro da *et al.* **Arquivística** - Teoria e prática de uma ciência da informação. 3. ed. Porto: Afrontamento, 2009.
- SILVA, Franklim L. Henri Bergson: Tempo e Memória. [S. l.: s. n.], 2017, 1 vídeo (5 min). Publicado pelo canal Casa do Saber. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kWS5WnvOLEw>. Acesso em: 13 set. 2023.
- SOUSA, Renato T. Barbosa de. **Gestão de documentos no Brasil**: uma visão a partir da situação da Administração Pública Federal. 1. ed. Belo Horizonte: Fino Traço, 2023.
- SMITH, Bonnie G. **Gênero e História**: homens, mulheres e a prática histórica. Tradução Flávia Beatriz Rossler. São Paulo: EDUSC, 2003.
- STEIN, Eric W. Organization memory: Review of concepts and recommendations for management. **International Journal of Information Management**, v. 15, n. 1, p. 17-32, 1995. Disponível em: <https://www.sciencedirect.com/23eposit/article/abs/pii/026840129400003C>. Acesso em: 13 dez. 2022.
- TAYLOR, Diana. **O arquivo e o repertório**: performance e memória cultural nas Américas. Tradução Eliana Lourenço de Lima Reis. Belo Horizonte: UFMG, 2013.
- THIESEN, I. Memória institucional: um conceito em definição. **Informare**: Cadernos do Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, v. 1, n. 2, 1995. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/40923>. Acesso em: 21 ago. 2022.
- TULVING, E. Are There 256 Different Kinds of Memory? *In*: J.S. Nairne (ed.) *The Foundations of Remembering: Essays in Honor of Henry L. Roediger*. **Psychology Press**, New York, n.3, p. 39-52, 2007. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/document?repid=rep1&type=pdf&doi=8154cfceb846668d29ffaa8bf2e09ed54df69c82>. Acesso em: 10 jul. 2023.
- WILGES, Beatriz. **Um modelo para organização de documentos no contexto da Memória Organizacional**. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Santa Catarina, Centro Tecnológico. Programa de Pós-Graduação em Engenharia e Gestão do Conhecimento, Florianópolis, 2014. 125p. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/xmlui/handle/123456789/129357?show=full>. Acesso em: 31 jul. 2019.

YERUSHALMI, Yosef H. *et al.* **Usos do Esquecimento**: conferências proferidas no colóquio de Royaumont. Tradução: Eduardo Alves Rodrigues e Renata Crystina Bianchi de Barros. São Paulo, Unicamp, 2017.

NOTAS DE AUTORIA

Marisa Vieira Leite da Silva

Doutora em Ciências da Informação pela Universidade de Brasília (Conceito CAPES 5), em 2024, com a tese "Os Arquivos e a Memória Organizacional: estudo em torno da memória arquivística". Mestre em Ciência da Informação e Bacharel em Arquivologia pela Universidade de Brasília (Conceito CAPES 5), em 2020, com a dissertação "Análise comparativa entre as legislações brasileira, canadense e espanhola aplicadas à digitalização de documentos arquivísticos". Conhecimento em Gestão de documentos. Conhecimento dos princípios, conceitos e organização de documentos de arquivo.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/8249704428885715>.

Eliane Braga de Oliveira

Possui doutorado em Ciência da Informação pela Universidade de Brasília (2010), mestrado em Biblioteconomia e Documentação pela Universidade de Brasília (1997) e graduação em Sociologia pela Universidade de Brasília (1981). Estágio de doutoramento na Universidade do Porto, Portugal, com bolsa do Programa PDDE da CAPES. É Professora Associada da Faculdade de Ciência da Informação da Universidade de Brasília, com atuação no curso de Arquivologia. Atuou no Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, de 2012 a 2022. Tem experiência na área de Ciência da Informação, com ênfase em Arquivologia, atuando principalmente nos seguintes temas: memória e informação, acesso à informação, gestão das informações arquivísticas, avaliação de documentos de arquivo, memória e arquivos, arquivos públicos, informação pública e ensino de arquivologia.

Link Currículo Lattes - <http://lattes.cnpq.br/2186094231736251>.